

### ELEIÇÕES 2018: O JN E SUA LINHA EDITORIAL NAS SABATINAS DE HADDAD E BOLSONARO

*Elections 2018: JN and its editorial line in the Haddad and Bolsonaro interviews*

*Elecciones 2018: JN y su línea editorial en las entrevistas a Haddad y Bolsonaro*



**Jorge Arlan de Oliveira Pereira<sup>1</sup>**

DOI: [doi.org/10.31501/esf.v1i29.14928](https://doi.org/10.31501/esf.v1i29.14928)

**Resumo:** O estudo analisa a percepção de que a Sabatina do JN durante as eleições presidenciais de 2018, focando nas entrevistas com Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Ele sugere que houve distorções da verdade e manipulação de informações para o público, caracterizando um tipo de Fake News de Efeito Longo, alinhado com a postura histórica da Rede Globo. Identifica falhas no processo das entrevistas, como direcionamento tendencioso de temas, hostilidade dos entrevistadores, interrupções injustificadas e exclusão de assuntos relevantes. Utilizando a Análise de Conteúdo contextual, os autores de referência se orientam pela teoria de que o Jornalismo constitui um serviço público essencial e forma singular de conhecimento do mundo. São relevantes no estudo os conceitos de fake news e de linha editorial.

**Palavras-chave:** Jornal Nacional. Linha editorial. Eleições 2018. Deformação da realidade; Fake news.

**Abstract:** The study analyzes the perception that the JN's Sabatina interview during the 2018 presidential elections, focusing on interviews with Jair Bolsonaro and Fernando Haddad. It suggests that there were distortions of truth and manipulation of information for the public, characterizing a type of Long-Effect Fake News, aligned with the historical stance of Rede Globo. It identifies flaws in the interview process, such as biased topic direction, interviewer hostility, unjustified interruptions, and exclusion of relevant subjects. Using contextual Content Analysis, the reference authors are guided by the theory that Journalism constitutes an essential public service and a unique form of knowledge about the world. The concepts of fake news and editorial line are relevant in the study.

**Keywords:** Jornal Nacional. Editorial line. 2018 elections. Deformation of reality. Fake news.

**Resumen:** El estudio analiza la percepción de que la Sabatina del JN durante las elecciones presidenciales de 2018, centrándose en las entrevistas con Jair Bolsonaro y Fernando Haddad. Sugiere que hubo distorsiones de la verdad y manipulación de información para el público, caracterizando un tipo de Fake News de Efecto Largo, alineado con la postura histórica de Rede Globo. Identifica fallas en el proceso de entrevistas, como la dirección sesgada de temas, la hostilidad de los entrevistadores, interrupciones injustificadas y exclusión de temas relevantes. Utilizando el Análisis de Contenido contextual, los autores de referencia se guían por la teoría de que el Periodismo constituye un servicio público esencial y una forma única de conocimiento del mundo. Los conceptos de fake news y línea editorial son relevantes en el estudio.

**Palabras-clave:** Jornal Nacional. Línea editorial. Elecciones 2018. Deformación de la realidad; Fake news.

---

<sup>1</sup> Doutor; Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia, Barra do Garças, MT, Brasil. [Jorgearlan.op@gmail.com](mailto:Jorgearlan.op@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0003-3963-2139>.

Artigo submetido em: dez/2023. Aprovado em: mar/2024

Esferas, ano 14, vol. 1, nº 29, janeiro-abril de 2024 | ISSN 2446-6190

Revista Esferas tem seu conteúdo sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



### **Introdução**

Os períodos em que as sociedades se encontram submetidas a estados mais profundos de tensão são especialmente propícios para reflexões e análises sobre as razões da desestabilização dos sistemas organizativos e de seus instrumentos funcionais. Nesta perspectiva, identificamos o espaço temporal das eleições presidenciais de 2018 no Brasil com potencial para observações e discussões em torno do papel cumprido pelo Jornalismo, realizado pelos meios de comunicação de maior estrutura, naquilo que se convencionou chamar de grande imprensa.

Definimos, então, a mídia de maior alcance, a Rede Globo de Televisão e, nela, o programa jornalístico de maior audiência, e com histórico de influências decisivas no cenário político, o Jornal Nacional e, deste, um quadro que alcançou relevância ao longo dos anos, a Sabatina do JN, em momento que nos pareceu mais emblemático para a compreensão dos acontecimentos, as últimas semanas do primeiro turno do referido pleito.

Observe-se que o Jornal Nacional continua líder de audiência entre os telejornais brasileiros, preservando parcela significativa de abrangência de sua mensagem, mesmo que o percentual de acompanhamento pelo público tenha sofrido um progressivo decréscimo, portanto sem comparação com os índices estratosféricos das décadas de 1970 e 80. Publicação do Observatório da Imprensa, em 2013, classificou a queda de audiência do JN como um alerta para a imprensa (Castilho, 2013); artigo científico da revista Comunicação & Inovação fez uma análise detalhada da audiência do JN e os impactos no telejornalismo (Becker & Alves, 2015)); o Observatório da TV Uol apontou perda de audiência de 28% no período 2012-2015 (Feltrin, 2016); dados publicados também no Uol constataram que a situação de perda se mantinha oito anos depois (Feltrin, 2022).

O cenário do presente artigo contempla nossa intenção de considerar um período politicamente tenso, no qual se acumulou um conjunto de fatores desestabilizadores da realidade nacional no decorrer de quase duas décadas. Podemos relacionar o denominado escândalo do Mensalão (Streck, 2012), cuja Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada em 2005 no Congresso Nacional; as manifestações de Junho de 2013 (Oliveira, 2021); o escândalo denominado Petrolão, caracterizado a partir de 2015 ((Campos, & Gonçalves, 2016); o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016; a operação jurídico-policial Lava Jato , desenvolvida no período 2014 a 2021 (Glezer, 2020); e as denúncias jornalísticas conhecida como Vaza Jato (The Intercept Brasil, 2023). desencadeada em 2019 pelo jornal The Intercept Brasil. As matérias indicadas pretendem ser apenas ilustrativas do quanto os episódios impactaram e mobilizaram a opinião pública, sendo divulgadas e comentadas nos mais diversos espaços.

Acrescente-se o fato de que as eleições aconteceram com um ex-presidente da República preso, Luiz Inácio Lula da Silva (Portal G1, 2018), impedido de concorrer, acusado de corrupção, sendo substituído emergencialmente pelo candidato Fernando Haddad; com a ascensão ainda de um candidato que se apresentava como antissistema, Jair Bolsonaro (PSL), contra as instituições oficiais, sejam de caráter político, econômico ou social, seja na defesa de concepções de extrema-direita.

Havia ainda inédita mobilização político-eleitoral da população por meio de redes sociais na internet, revelando um conservadorismo muito acima do que parecia visível, numa emersão das entranhas do país. O sistema Judiciário dava sinais de contemporizar com teses não previstas na tradição jurídica brasileira, provocando a crítica de ter incorrido em law fare, expressão nova para se

referir ao “uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo” (Zanin et al., 2023, p.25).

No Congresso Nacional acontecia um crescimento acentuado das siglas que comportavam os parlamentares integrantes das chamadas *Bancada da Bíblia*, *Bancada do Boi* e *Bancada da Bala*, com forte representação dos interesses mais conservadores dos pontos de vista religioso, econômico e policial.

O pensamento antissistema atingiu também o setor midiático, com rejeição às mídias tradicionais, particularmente à Rede Globo de Televisão, vista como transgressora de valores morais que deveriam orientar o comportamento das famílias brasileiras e o sentido de patriotismo. Tais posturas, com impacto nas mais diversas dimensões sociais, inclusive na mídia, podem ser relacionadas ao que nos diz João Cezar de Castro Rocha (2021) ao classificar a agenda bolsonarista como “conservadora e até mesmo reacionária nos costumes, neoliberal na condução da economia e de orientação política de direita — ou até mesmo de extrema-direita” (Rocha, 2021, p. 5). O pesquisador demonstra se impressionar pelo fato de que esta linha política e moral foi inteiramente aprovada pelos eleitores do candidato que veio a se tornar presidente da República.

Por outro lado, a Globo reagia com denúncias às notícias falsas que circulavam nas redes sociais, em campanhas institucionais da empresa em que alertava para o risco das fake news, ao mesmo tempo em que reivindicava o lugar de seriedade na divulgação das informações, portadora do Jornalismo correto, orientado pela verdade (Portal G1, 2018).

Como se trata de um conceito relevante para o presente estudo, ressaltamos que, conforme Ana Bernardi (2020, p. 26), “fake news implica na caracterização de três elementos: falsidade, dano e dolo”.

Ela salienta duas expressões, em inglês, para falar da onda fake news: “misinformation e disinformation”. A primeira se refere às informações falsas ou imprecisas espalhadas de maneira não intencional e a segunda diz respeito às informações intencionalmente falsas e com a intenção deliberada de enganar.

No entendimento de Macedo Jr. (2019, p. 71) o importante é “destacar que o conceito de fake news se refere à veiculação de mensagem capaz de gerar algum tipo de fraude dentro do sistema de comunicação na qual ela opera”. O autor compreende que nos dias de hoje, o sistema das redes sociais, com suas regras, impactos, potencialidades e atores, é um ponto central na própria definição de fake news.

O termo tem sido objeto de controvérsias, razão inclusive de campanha de um conjunto de entidades da área da comunicação e do Jornalismo, entre elas a Federação Nacional de Jornalismo, cujo mote foi “Fake news não é notícia. Desinformação não é jornalismo” (Fenaj, 2022). No entendimento dos propositores, a linguagem, o formato e outras características de notícia não são suficientes para assegurar o caráter jornalístico da informação, se não houver, neste processo, um compromisso com a verdade.

Pesquisa empírica junto a jornalistas e professores de jornalismo no Brasil procurou saber o que representam as fake news no universo, na cultura do dia a dia e na prática profissional. A enquete apontou que os jornalistas temem as fake news, porque “ao mimetizar o produto jornalístico, as fake news se disfarçam e utilizam as convenções socializadas no mundo dos jornalistas, a ponto de comprometer sua credibilidade” (Jorge, 2019, p.257).

### **Percurso e implicações metodológicas**

Também pretendemos relacionar as entrevistas com pontos do documento Princípios Editoriais do Grupo Globo (Marinho et al 2011), publicado pela organização em 2011 e que ainda se mantém como o orientador das suas produções jornalísticas; estabelecer conexões com elementos e fundamentos jornalísticos consagrados pelo campo em seus espaços teóricos e práticos; e selecionar passagens, bem como observar a estrutura geral das entrevistas com os dois principais candidatos à presidência da República em 2018, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) para análise de suas adequações.

A expectativa é de que o percurso nos permita tecer considerações sobre a qualidade da produção jornalística analisada, a partir de compreensões em torno de linha editorial, informação jornalística, desinformação e fake news. Estabelece-se, assim, relações comparativas, numa prospecção também dedutiva, com inferências a partir do pontual e do contexto histórico.

A análise de conteúdo (AC) aplicada no presente trabalho se volta para identificar as intenções e outras características da comunicação, considerando que se trata de “técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos, para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos” (Sampaio & Lycarião; 2021, p. 22). Portanto, não segue a vertente categorial da AC e sim a sua dimensão contextual.

Conforme Rousiley Maia, em sua abordagem sobre métodos de pesquisa em comunicação política, “a análise de conteúdo pode focalizar o texto jornalístico ou proferimentos em programas televisivos, tipos de enunciadores, expressões discursivas, imagens, entre outros” (Maia, 2022, p. 60).

Ela avalia que “a análise de conteúdo é também valiosa para investigar expressões discursivas nos media, para melhor compreender os valores, os interesses, os vocabulários e as performances de diferentes categorias de falantes na cena pública” (Maia, p. 61).

Um conceito relevante no presente estudo é o de Linha Editorial, por ser organizador objetivo da produção jornalística e, em tese, ser a expressão dos princípios fundamentais do Jornalismo. Indica a política do veículo de comunicação, na qual se insere uma perspectiva de mundo, valores e paradigmas. A linha editorial da empresa, mesmo usufruindo de acentuado grau de autonomia, não poderia, em nosso pressuposto, extrapolar as fronteiras dos fundamentos jornalísticos, a partir do que sua ação não poderia ser considerada mais Jornalismo. Numa comparação com a metodologia da pesquisa científica, os objetivos específicos precisam necessariamente expressar a proposição do objetivo geral, assim como a linha editorial da empresa se encontra condicionada à proposição dos fundamentos do Jornalismo, cujos preceitos constituiriam a grande linha editorial.

Ao se manter nos limites da grande linha editorial, a empresa e os profissionais de jornalismo exercem um legítimo espaço de poder, dentro da capacidade de interferência e de influência dos produtos informativos na sociedade. No entanto, é frequente o poder do jornalismo ser pretexto para a empresa jornalística buscar exercer poderes de outra natureza. Rafael Duarte Oliveira Venâncio (2009, p.18), neste sentido, assinala que “quando falamos em ‘imprensa como partidos políticos’, nos referimos ao processo em que a mídia entra em confronto com os partidos políticos pela representatividade dos anseios populares da sociedade”.

A relação entre o legítimo poder de informar e os pretensos poderes de outra natureza são normalmente causas de distorções das práticas e das posturas jornalísticas, perceptíveis, no caso do





secreta da Rede Globo. Denuncia que o grupo jornalístico viabilizou seu impulso inicial por meio de um contrato fraudulento com o grupo norte-americano Time-Life em 1964, sob o silêncio e a proteção do primeiro governo militar (Herz, 1987, p. 123).

O autor destaca na capa do livro uma famosa frase atribuída ao diretor-presidente da época, Roberto Marinho: “Sim, eu uso o poder”. Herz (1987, p.15) afirma que o esforço da Globo para garantir a expressão de seus interesses “não impede que lá se manifeste uma série de processos difíceis de controlar integralmente, o espírito crítico do jornalista, do radialista, do artista, enfim, dos diversos profissionais que lá trabalham”.

A sinuosidade política levou a Globo a publicar dois editoriais de caráter opostos. No primeiro, em 1984, manifestou apoio à ditadura militar (Tolotti, 2018) e, no segundo, em 2023, reconheceu que foi um erro ter apoiado o golpe de 1964 (O Globo, 2013). A Globo admitiu também, em editorial de 2021, ter errado ao favorecer o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), na edição do debate do 2º turno das eleições presidenciais de 1989, contra seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva (O Globo, 2021).

A empresa reconheceu ainda que errou na cobertura do comício da campanha pelas Diretas Já, na cobertura dos eventos do dia 25 de janeiro de 1984, data de aniversário da cidade de São Paulo, quando o ato político foi apresentado como simplesmente um show musical (O Globo, 1984). A partir da instalação da Nova República, em 1986, tornou-se conhecida a força de Roberto Marinho para indicar ministros, principalmente o das Comunicações, caso do senador Antônio Carlos Magalhães.

Os meios de comunicação do Grupo Globo realizaram cobertura acirrada de denúncias no caso do Mensalão e comemoraram o julgamento do STF, em 2012, que condenou diversos acusados,

assinalando que o Tribunal fez história (O Globo, 2012). Teve posição entusiasmada na cobertura da operação Lava Jato, chegando a oferecer o prêmio *Faz Diferença* ao ex-juiz Sérgio Moro, como personalidade do ano 2014, concurso de iniciativa do jornal O Globo (Teles, 2015).

No contraponto da sua cobertura da Lava Jato, a Globo ignorou a denominada operação Vaza Jato, uma série de vazamentos de informação, publicados a partir do jornal The Intercept Brasil, com o conteúdo proporcionado pela ação do hacker Wálter Delgatti, ao invadir os computadores do sistema de justiça (juízes e promotores). Meios de comunicação do campo alternativo criticaram posturas tão diferentes da Globo ao abordar as duas operações (Revista Fórum, 2019).

### **Elementos e fundamentos jornalísticos consagrados**

Para as considerações do trabalho, tomamos a provocação de Nelson Traquina (2005, p. 22) quanto ao caráter do jornalismo, ao dizer que não basta perguntar o que é o Jornalismo e defender que a interrogação correta seria “O que é jornalismo numa democracia?”. Ele parte do imperativo de que a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade. “Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou é tragédia” (Traquina, 2005, p. 23).

Luiz Beltrão (2008, p. 67) define um parâmetro adequado ao dizer que “Jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum!”. Compreendemos que o entendimento do autor se coaduna com a tese de que os fundamentos tradicionais do campo jornalístico, em sua concepção teórica e em sua dimensão

prático/profissional, estabelecem conexões intrínsecas com os princípios que concebem o estado democrático de direito.

A atribuição do Jornalismo seria prestar um serviço de esclarecimento aos cidadãos sobre o que se passa nos meandros de determinada realidade social, ao viabilizar a circulação de informações relevantes a respeito dos diferentes segmentos, nas esferas individuais, dos grupos e dos poderes constituídos. Neste sentido, Líriam Sponholz avalia ser correto afirmar que existe um método jornalístico, uma vez que “as fontes escolhidas precisam estar relacionadas com aquilo que o jornalista quer descobrir, ou seja, os informantes precisam ser adequados para fornecer as informações de que ele precisa” (Sponholz, 2009, p. 13).

O cumprimento deste papel significa dizer que o Jornalismo, corporificado nas notícias, reportagens e colunas/editoriais, presente nos variados meios de comunicação, assume uma parcela do poder. Esta posição se reveste de legitimidade, quando corresponde à expectativa que a sociedade deposita nele, ao reconhecer que o seu poder decorre de uma espécie de missão que a sociedade lhe conferiu e não de uma força auto instituída. A ação jornalística, impulsionada pela sua própria natureza, não é desinteressada do mundo. Na visão de Maria Cecília Guirado (2004, p. 76).), “a ideia de conhecer e de traduzir a realidade é uma ideia quase sempre acompanhada da intenção de mudar essa realidade”. Ela compreende que a intencionalidade jornalística parece sempre repetir este raciocínio.

As falhas e até distorções do Jornalismo praticado no Brasil atualmente têm por origem a transgressão dos limites do poder que a sociedade lhe atribuiu, alçando-se a um grau de interferência no direito do cidadão se informar que o desloca para o âmbito da ilegitimidade. Trata-se do exercício da incumbência de informar para além de suas finalidades precípuas. “A luta pelo poder é principalmente a

luta pela verdade. (...) Na formação dos apoios e no arregimentar das opiniões, a comunicação é estratégica. Os comunicadores organizam as verdades dos poderes e dos contrapoderes” (Silveira, 2020, p. 44).

Discussões e reflexões a respeito da legitimidade do Jornalismo para o exercício de um determinado tipo de poder deveriam ter como parâmetro preceitos que se tornaram basilares na sua própria definição. Sem a intenção de formular um conceito, poderíamos alinhar um conjunto de percepções aceitas como parte dos elementos e dos princípios fundamentais do Jornalismo.

Destacamos os seguintes: a) seu objeto a priori é a realidade social; b) tem enfoque central na atualidade; c) presta um serviço público; d) interessa-se pelos assuntos de maior relevância social; e) propicia consciência e discernimento acerca da realidade; d) pretende ser um fiscal da atuação dos Poderes Públicos constitucionais; e) atua na perspectiva da afirmação do Estado Democrático de Direito; f) respeita e valoriza os direitos humanos; g) preocupa-se com as minorias e os segmentos fragilizados; h) compromete-se com a busca da verdade dos fatos; g) revela a pluralidade de vozes e interesses; i) orienta-se por uma ética correspondente ao seu ethos; j) faz uso de métodos e técnicas de apuração das informações; l) elabora os produtos jornalísticos em linguagem compreensível a um público amplo; m) cumpre o papel de mediador entre os acontecimentos e o público; n) exerce uma determinada representação da sociedade na interlocução com os protagonistas dos acontecimentos; o) propõe-se a ser um agente provocador ou até formador da opinião pública.

São, enfim, elementos e fundamentos constitutivos do que se pode denominar de discurso jornalístico, mesmo que correntes de pensamento mantenham discussões e divergências a respeito de

seus pressupostos. É razoável afirmar, porém, que há neles assertividades suficientes para fomentar os respectivos debates teóricos.

Parece-nos ainda sensato dizer que esta base conceitual foi forjada em um processo de contradições desde as primeiras experiências, sem ainda estruturas midiáticas significativas nem objetivos comerciais, e por iniciativa de indivíduos e grupos que visavam principalmente divulgar suas doutrinas políticas até, enfim, o aparecimento das estruturas empresariais que redimensionaram as atividades jornalísticas, tornando as informações uma mercadoria para consumo de massa.

Nosso entendimento, aqui em discussão, é de que foram exatamente as contradições do percurso que atribuíram vigor ao discurso jornalístico, no qual foram se instalando as marcas das variadas experiências. Uma das constatações, neste sentido, são os códigos de ética dos jornalistas de países de todos os continentes - organizados e publicados pelo Observatório da Ética Jornalística ObjETHOS - cujas cláusulas de regulamentação permitem identificar uma linha de fundamentos em comum quanto aos deveres precípuos dos profissionais da área, com características de uma comunidade jornalística (Christofolletti et al., 2012).

Sobre a opinião pública, conceito importante no Jornalismo, Joseph Pulitzer a classifica no âmbito do poder, sem deixar de observar suas limitações relativas à avaliação do valor das fontes e de outros aspectos como requisito para sua conceituação: “A opinião pública, ao regular a conduta de uma comunidade, é uma lei não escrita - um sentimento dominante, representando um acordo coletivo ou um código de moral e comportamento” (Pulitzer, 2009, p. 57).

O preceito de opinião pública não se constitui sem as marcas das controvérsias, sob a crítica de que os jornais não conseguiam conhecer o que os cidadãos de fato pensavam e nem a possibilidade de

eles compreenderem outras realidades mais distantes do seu cotidiano. “Eles podiam conhecer os costumes e mais obviamente o caráter do lugar onde eles viviam e trabalhavam, mas o mundo externo eles tinham que conceber, e eles não o concebiam instintivamente, nem absorviam conhecimento confiável somente vivendo” (Lippmann, 2010, p. 227).

A exigência de legitimidade introduzida pela opinião pública, conforme João Pissarra Esteves (1998), impõe ao poder uma necessidade de justificação que é incompatível com as práticas de segredo. Nesta perspectiva, a opinião pública qualificada configuraria um espaço de comunicação alargado: “a comunicação agonística, através da qual os indivíduos fazem uso público da razão, com a publicização de suas ideias e a defesa argumentativa de suas posições” (Esteves, 1998, p. 203).

Para Nilson Lage (1998), em sintonia com o que sugerem pesquisas funcionalistas, o principal fator historicamente para a formação de opinião no contexto social, é a estabilidade. “Gente procura manter opiniões coerentes com as do grupo a que pertence, selecionando informações das mensagens (ou as próprias mensagens) a que se expõe: assim, dá atenção àquilo com o que previamente concorda e se priva do que a desagrade” (Lage, 1998, p. 209).

A notícia, componente básico do produto jornalístico, tem sido objeto de estudos tanto quanto suas bases epistemológicas, sua circulação e consumo, as fontes de informação, os acontecimentos que a determinam, a definição das prioridades pelas mídias, a organização das informações, etc. Miguel Alsina, em relação ao caráter das notícias, propôs uma questão no intuito de delimitar sua abrangência e eficácia. “A notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 2009, p. 299).

Na percepção de Bill Kovach & Tom Rosenstiel (2004), o Jornalismo deveria ser entendido como um fórum público, num processo que demonstra a disposição dos profissionais jornalistas de se mostrarem transparentes em seus processos de elaboração da notícia e de fomentar um estado educativo que leve o leitor à condição de compreender e criticar aquilo que lhe apresentam como notícia.

Ao analisar as possibilidades de controle ideológico das mídias nos seus processos de produção das informações, numa perspectiva de construção para o campo, Adelmo Genro Filho propõe a seguinte definição conceitual:

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, ... é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva... A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância (Genro, 1987, p. 188).

As definições descritas acima não tiveram a preocupação de contemplar todas as questões que identificam o percurso jornalístico como um construto em meio a afirmações e questionamentos a respeito da validade de sua natureza, nem de avançar sobre a exigência de que o jornalismo se constitua num processo de permanentes reavaliações. São suficientes, porém, para identificar a intensidade de suas contradições e que, mesmo assim, resultam em princípios capazes de assegurar ao Jornalismo um corpo lógico e de presença necessária nas dinâmicas sociais, tendo a finalidade precípua de colaborar com os indivíduos e grupos na formação de uma consciência coletiva e civilizatória.

### **Princípios editoriais do Grupo Globo**

No dia seis de agosto de 2011, o Grupo Globo publicou uma espécie de carta pública que se propõe ser o orientador da atividade jornalística de todos os veículos de comunicação integrantes da organização, assinada pelos irmãos Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, seus diretores e proprietários. Denominado *Princípios editoriais do Grupo Globo*, o documento é extenso e detalhado, apresentando a seguinte estrutura: carta dos acionistas; preâmbulo; breve definição de jornalismo. Seção I: Os atributos da informação de qualidade - 1) A isenção; 2) A correção; 3) A agilidade. Seção II: como o jornalista deve proceder - 1) Diante das fontes; 2) Diante do público; 3) Diante dos colegas; 4) Diante do veículo; 5) Diante das redes sociais; Seção III: Os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo.

Os *Princípios editoriais do Grupo Globo* classificam os valores cuja defesa é um imperativo do jornalismo. Afirma o texto que o Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade. E que não será nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza.

### **Dinâmica das entrevistas do JN**

As circunstâncias das entrevistas (a mais frequente e uma das mais relevantes técnicas de obtenção de informações destinadas à composição do produto jornalístico), realizadas num programa especial chamado Sabatinas do JN, permitem deduzir e inferir a linha editorial que orienta o meio de



comunicação, pela pauta proposta, com inclusões ou exclusões de assuntos e o modo de abordagem de duas temáticas sensíveis: corrupção e política econômica. A dinâmica de perguntas e respostas, conduzidas pelos jornalistas componentes da bancada, perceptíveis em prioridades, ênfases, posturas e administração do tempo, sugere um enquadramento que identifica um certo lugar da referida mídia no contexto do poder.

As entrevistas com os cinco candidatos mais bem classificados no primeiro turno das eleições de 2018, no quadro das Sabatinas do JN (Jornal Nacional, 2018), constituem oportunidade para compreender o papel que o Jornalismo pode exercer nas relações de poder numa sociedade, considerando suas escolhas temáticas, posturas e estratégias de abordagens. Foram entrevistados os candidatos Ciro Gomes (PDT), em 27 de agosto; Jair Bolsonaro (PSL), em 28 de agosto; Geraldo Alckmin (PSDB), em 29 de agosto; Marina Silva (REDE), em 30 de agosto; e Fernando Haddad (PT), em 14 de setembro. Neste estudo, porém, vamos nos deter nos dois candidatos que mobilizaram o interesse do eleitorado, numa nítida polarização das forças políticas, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad.

A primeira constatação no ambiente das sabatinas foi a postura ostensiva dos jornalistas que formaram a bancada, William Bonner e Renata Vasconcellos, concedendo às entrevistas um tom de inquisição policial ou judicial. A impressão é de que a linha editorial da emissora pretendia reafirmar uma condição de autoridade no cenário político, no qual a Rede Globo formou tradição de exercer alta influência, tendo em vista sua estrutura comunicacional, audiência e influência nos circuitos de poder.

No conjunto das sabatinas, ocorreram transgressões ao ritual básico deste procedimento jornalístico, caso da ocupação desproporcional do tempo pelos entrevistadores em relação aos entrevistados, sendo o dos primeiros superior ou igual, numa inversão da lógica de que o centro da

notícia deve ser a fonte de informação. O tempo dos entrevistadores tomou em média 50% dos 27 minutos e 32 segundos destinados ao espaço das perguntas e respostas, descontado um minuto voltado exclusivamente aos candidatos para as considerações finais.

A postura se mostrou enviesada também nos atos de interlocução, momento em que repetidas vezes os entrevistados eram interrompidos quando iniciavam a elaboração de seus argumentos. Os entrevistadores criaram situações que se encaminharam para verdadeiros “bate-bocas” com os seus convidados, postulantes ao maior cargo do país. Neste ambiente de pressão, como estratégia para “sair das cordas”, os dois candidatos, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro abordaram, em contrapartida, constrangedoras da Rede Globo, relativas a processos tributários e à posição favorável à ditadura militar de 1964.

Os entrevistadores ainda usaram, na formulação das questões, expressões que sugeriam tons de prepotência ou soberba: “Candidato, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares”; “Candidato, por favor, não vamos discutir números agora, porque eles estão corretos”; “Eu estou oferecendo ao senhor a oportunidade de se contrapor a esta evidencia”; “Então não há consideração, não é, candidato?”; “Eu acho que o Bonner já está satisfeito com a resposta”; “Qual é a dificuldade que o Partido dos Trabalhadores tem de fazer uma autocrítica, de reconhecer a sua culpa?”. Além disso, a bancada do JN, em suas indagações, equiparou enfaticamente a condição de investigado à condição de culpado em processos judiciais.

A impressão era de que havia um modo certo de responder, estabelecido pelos entrevistadores, e que, se não fosse respeitado, haveria uma automática recondução dos entrevistados para os trilhos.

Neste particular, a situação ficou mais explícita na entrevista com o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad.

Nossa metodologia definiu cinco vetores para analisar o conteúdo das entrevistas: 1) Tema abordado (demarca a pauta); 2) Enfoque; 3) Duração da abordagem; 4) Interrupções das respostas; 5) Ênfase da abordagem. Faz-se necessário explicar que o tema incorpora o conjunto de perguntas que o delimitam e que a Ênfase é classificada em Alta, Mediana e Baixa, considerando os seguintes aspectos: a) Natureza do tema proposto; b) Caráter e intensidade crítica do enfoque; c) Tempo de duração da abordagem do tema; d) Extensão e detalhamento de informações das perguntas; e) Número de interrupções dos entrevistadores na resposta do entrevistado; f) Impacto das interrupções no desenvolvimento da resposta do entrevistado; g) Insistências na cobrança de respostas específicas.

Organizamos um quadro para cada candidato em que consta o que identificamos, em suas respectivas entrevistas, como tema, enfoque, duração, interrupções e ênfase. Apresentamos abaixo o primeiro quadro, correspondente à entrevista com o candidato Fernando Haddad, no qual situamos as várias perguntas em cinco temas. Não incluímos o último segmento em que a Sabatina solicita ao candidato que ele diga ao público “O Brasil que eu quero para o futuro”.

## Tabelas

TABELA 1

Quadro de temáticas na entrevista com o candidato Fernando Haddad

Tema	Enfoque	Duração	Interrupções	Ênfase
------	---------	---------	--------------	--------

1. Mensalão e Petrolão	Corrupção do PT	11min 4s	32 vezes	Alta
2. Ação do Judiciário	Corrupção do PT	02 min 36s	05 vezes	Mediana
3. Prefeitura de São Paulo	Corrupção do candidato do PT, quando prefeito	05 min 08s	18 vezes	Alta
4. Legitimidade e peso eleitoral	Candidato indicado de Lula	04 min 38s	14 vezes	Alta
5. Governo Dilma	Desemprego	06 min 08s	13 vezes	Alta

**Observação:** São identificadas, no total, 77 interrupções, admitindo-se alguma variação muito pequena desta contagem, conforme interpretação, porque parte delas caracteriza falas sobrepostas de entrevistadores e entrevistado.

FONTE – Elaborado pelo autor (2023)

Na sequência, exibimos o segundo quadro, correspondente à entrevista com o candidato Jair Bolsonaro, no qual situamos as várias perguntas em sete temas, também descartando o último segmento voltado às considerações finais sob a denominação de “O Brasil que eu quero para o futuro”.

TABELA 2  
Quadro de temáticas na entrevista com o candidato Jair Bolsonaro

Tema	Enfoque	Duração	Interrupções	Ênfase
1. O velho e o novo na política	Família de políticos e auxílio moradia	04min 31s	03 vezes	Baixa
2. Economia	Autonomia do ministro Paulo Guedes	04min 12s	Nenhuma vez	Baixa
3. Desigualdade de gênero	Diferença salarial entre mulheres e homens	3 min 45s	05 vezes	Alta
4. Direitos Trabalhistas	Perda de direitos do trabalhador	04 min 49s	05 vezes	Mediana

5.	Homofobia	Declarações homofóbicas de Bolsonaro	04 min	08 vezes	Alta
6.	Segurança pública	Combate da violência com mais violência	3min 20s	03 vezes	Mediana
7.	Composições e alianças	Declarações antidemocráticas do candidato a vice-presidente	2min 47s	05 vezes	Alta

**Observação:** São identificadas, no total, 29 interrupções, admitindo-se alguma variação muito pequena desta contagem, conforme interpretação, porque parte delas caracteriza falas sobrepostas de entrevistadores e entrevistado.

FONTE – Elaborado pelo autor (2023)

Nas duas sabatinas foi grande o número de interrupções dos entrevistadores às respostas dos entrevistados, sendo mais acentuado na interlocução com o candidato do Partido dos Trabalhadores. Contabilizamos, neste caso, 77 interrupções, envolvendo o tempo de 6 minutos e 32 segundos numa entrevista que durou 28 minutos e 32 segundos. Verifica-se, então, que as interrupções tomaram 22,8% do tempo, mas, se descartado 1 min destinado exclusivamente ao candidato para as considerações finais, as interrupções tomaram 23,63% do tempo voltado às perguntas e respostas.

Para quase todos os candidatos, com exceção de Jair Bolsonaro, a pauta desenvolvida pelos entrevistadores, William Bonner e Renata Vasconcellos, privilegiou o tema corrupção a partir da concepção nítida de que a operação *Lavo Jato* significava a mais legítima expressão da moralidade pública. Na entrevista com o candidato do PT, por exemplo, o assunto corrupção tomou 18 minutos e 44 segundos, representando 67,62% do tempo efetivamente destinado às perguntas e respostas. Foi ponto central em três temáticas: 1) Mensalão e Petrolão; 2) Ação do Judiciário; 3) Prefeitura de São Paulo. Apenas nestes três temas houve 55 interrupções. O tema 1 alcançou a impressionante marca de 32 interrupções no espaço de 11min 4s.

A tentativa de reeleição de Haddad para a prefeitura de São Paulo, em 2016, mais especificamente, consumiu o tempo de 5 minutos 08 segundos, como se a eleição nacional fosse uma mera replicação do pleito municipal, tema também demarcado por rastreamento da moralidade.

Poderíamos considerar o vetor “Enfoque” como indicador da linha editorial da Sabatina do JN, na medida em que direciona e intensifica o “Tema” e assume determinada “Ênfase”. O enfoque, então, cumpre o papel de uma espécie de tese que os entrevistadores desejariam ver confirmada nas respostas. No caso de Haddad, o propósito seria demonstrar que o Partido dos Trabalhadores e o seu candidato são corruptos e incompetentes e que deveriam fazer uma autocrítica. O enfoque para Jair Bolsonaro transparecia a intenção de classificá-lo como um político velho travestido de político novo; refém do futuro ministro da economia, Paulo Guedes; homofóbico e misógino, com predisposição à violência e à antidemocracia.

Na entrevista com Bolsonaro, constou o tema ética/moralidade, mas sem menção específica ao sentido de corrupção. O tema economia tomou 04 min 12s, mas, apesar da embalagem, o espaço

pouco tratou efetivamente de economia. Os entrevistadores se preocuparam em cobrar o candidato de forma insistente se seria correto repassar a responsabilidade da pasta inteiramente para o ministro Guedes. Porém, não questionaram a concepção de economia defendida publicamente por Guedes, orientada pelo valor maior e absoluto da regras do mercado.

A segurança pública foi tratada em 3 min 20s na entrevista com Bolsonaro, mas alcançou uma ênfase mediana por falta de contestações mais bem fundamentadas para se contrapor às reafirmações do candidato de que violência social se resolve simplesmente com a violência das armas. O enfoque sobre democracia aparece no contexto do tema “Composições e alianças políticas” e levanta questão relevante ao questionar declarações do candidato a vice-presidente, Hamilton Mourão, que defendia ações governamentais de força para impor um regime político em situação de caos social.

Os temas “Desigualdade de Gênero” e “Homofobia”, a partir dos seus enfoques, duração e interrupções, obtiveram ênfase alta; os temas “o velho e o novo na política” e “economia” foram classificados como ênfase baixa. Nenhum dos dois concorrentes ingressou no âmago das questões. O tema “economia” foi tão suave que não apresentou nenhuma interrupção, permitindo respostas longas do entrevistado. A impressão é de que neste segmento, a Sabatina tinha como principal objetivo arrancar do candidato Bolsonaro o compromisso público de que o indicado para ser o ministro da economia, Paulo Guedes, permaneceria até o final do mandato.

Como podemos ver, a pauta não previu questionamentos sobre assuntos como saúde, meio ambiente e educação aos dois principais candidatos e mesmo o tema economia, tão central para os destinos do país, não foi efetivamente tratado em seus meandros. A proposição dos assuntos se afastou do interesse público, se levarmos em conta que as questões do meio ambiente eram bastante



sensíveis aos brasileiros de modo geral e também aos governos estrangeiros, particularmente dos países da Europa e Estados Unidos.

O debate em torno da saúde se fazia premente devido à necessidade de incrementar políticas públicas mais abrangentes e eficazes através do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento de situações básicas e das que requeriam procedimentos de alta complexidade junto à população, com ênfase no contingente de baixa renda. O tema educação, também descartado pela pauta, diz respeito aos planos de desenvolvimento do país, a fim de estabelecer um sistema de ensino adequado aos novos tempos do ponto de vista dos conhecimentos humanísticos e tecnológicos.

Nos assuntos que não constaram na pauta, havia em comum o fato de solicitarem investimentos robustos do estado, com impacto significativo na composição do orçamento governamental. Os recursos demandados se confrontam com a lógica neoliberal de Estado mínimo, pelo qual os aportes aos serviços de caráter social são classificados como despesas a serem evitadas, em nome da eficácia da máquina pública.

O caso denominado de *Escândalo do Petrolão*, relativo a desvios financeiros praticados em diretorias da Petrobrás, foi apresentado pela bancada do JN como um mal inerente à estrutura da organização e não como questões a serem sanadas para levar à punição de eventuais responsáveis. As consequências desta visão, mais adiante, foram a privatização fatiada e progressiva de algumas subsidiárias da empresa, a partir do governo Michel Temer, vice-presidente que assumiu após o *impeachment* de Dilma Rousseff, e que se acentuaram no governo Bolsonaro, eleito em 2018.

A linha editorial da Rede Globo, expressa também nas Sabatinas do JN, se equilibra entre coberturas jornalísticas de elevado interesse público, quando valoriza a condição de minorias sociais,

caso dos negros, das mulheres, dos grupos LGBT e dos indígenas, nas chamadas pautas comportamentais ou identitárias, e as coberturas que desconstroem as estruturas públicas afetas às áreas da economia e da política.

Ao mesmo tempo, a cobertura que a Globo fez da *Lava Jato* criou o ambiente antipolítica e antiestado. A pesquisa sobre o Jornal Nacional – Um projeto de poder (Carrato et al 2020), percebe as estratégias implícitas. “O Jornal Nacional não inventa os fatos que noticia. Mas escolhe os fatos que noticia. ... Os fatos são muitos, dispersos e complexos. Mas é possível contá-los como se fossem histórias com princípio, meio e fim” (Carrato et al, 2020 pp. 5-6).

A estratégia das *Sabatinas do Jornal Nacional* em 2018 fere critérios jornalísticos previstos para o bom andamento de uma entrevista. Conforme Cremilda Medina (1990), as entrevistas na comunicação coletiva, condizentes com os procedimentos correspondentes na imprensa, distinguem-se sinteticamente em dois grupos: “entrevistas cujo objetivo é espetacularizar o ser humano; e entrevistas que esboçam a intenção de compreendê-lo” (Medina, 1990, p. 14). Para Edgar Morin, um dos quatro subgêneros da espetacularização é o *Perfil da Condenação*, que ele classifica como “ideologicamente pautado pelo maniqueísmo e o julgamento apriorístico, (...) perfil trata o ser humano dentro da redução bandido/mocinho” (Morin, apud Medina, 1990).

Embora se refira à necessidade de que o repórter mantenha o comando da conversa, impedindo que ela se desvie do tema, Lage (2011) assinala que não se deve questionar mais do que o necessário nem insistir em linhas de questionamento que se constatem improdutivas:

Numa entrevista, a estrela é o entrevistado. Por mais conhecido ou vaidoso que seja o repórter, espera-se dele uma discrição, como coadjuvante e, ao mesmo tempo, diretor de cena - é essa a conduta

profissional. A atitude de compreensão e respeito deve marcar a atividade do repórter, com a preocupação de não evidenciar reações como impaciência ou simpatia entusiasmada (Lage; 2011, p. 80).

### Considerações finais

Nosso estudo se propôs a avaliar a qualidade da Sabatina do Jornal Nacional no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 no Brasil, em termos de serviço jornalístico oferecido ao público, considerando um cenário específico (as entrevistas) e um cenário mais amplo que busque identificar, de certa forma, a linha editorial do meio de comunicação constituída ao longo do tempo (perspectivas da Rede Globo na cobertura de fatos marcantes no processo político nacional).

Identificamos que a condução das entrevistas com os dois principais concorrentes, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), incorreu em erros procedimentais do ponto de vista das técnicas jornalísticas, tanto em relação à administração do tempo, à interlocução de entrevistados e entrevistadores e principalmente na proposição da pauta.

A *Operação Lava Jato* serviu de pretexto para intimidar os entrevistados, sempre apresentada como instrumento inquestionável em favor da moralidade pública. As mazelas policiais e jurídicas da *Lava Jato* vieram à tona pouco tempo depois pela operação jornalística denominada *Vaza Jato*, fato que demonstra a questionável legitimidade dos entrevistadores para sustentar suas posições de modo tão veemente a partir da ação de determinados juízes e promotores.

Houve insistência nos questionamentos relativos à corrupção, revelando interesse forte dos entrevistadores, numa expressão do enquadramento editorial da emissora ao mantra do moralismo político, e que rebaixou a qualidade da informação destinada ao público. Foram excluídos da pauta

questões relacionadas à educação, à saúde e ao meio ambiente e até mesmo à economia, tornando a sabatina superficial em termos de análises políticas e de discussões dos planos dos candidatos.

Estes temas extremamente relevantes, tanto no contexto nacional como no internacional, deram lugar a recorrentes suspeitas de que os candidatos apresentavam comportamentos delituosos ou imorais na vida pública, parte delas se revelando sem nenhuma fundamentação. A pergunta que pode ser feita é: por que razão teriam os produtores da Sabatina do JN deixado de pautar grandes temas aos dois potenciais presidentes do país (candidatos favoritos ao cargo naquele momento). Teria sido em nome do público? Parecem mais erros sérios de condução e que desqualificam o serviço jornalístico prestado.

Diante do quadro discutido pela nossa pesquisa, propomo-nos a contribuir com a elaboração do conceito de *Fake News por Efeito Longo* como contraposição ao conceito simples de *fake news*, este bastante divulgado atualmente para identificar informações falsas que buscam distorcer a realidade.

Acontece que as *fakes news* normalmente são apontadas e comentadas no calor dos acontecimentos e depois se apagam da memória. Já as *Fake News por Efeito Longo* são constituídas através de anos e décadas, num somatório de informações incompletas e/ou tendenciosas pelo qual vai se estruturando um modo de pensar numa sociedade, tornando-se, inclusive, parte de sua cultura, e que elimina outras versões de caráter estruturante sobre a concepção de economia, de política e de poder.

Tanto uma como a outra, sendo a primeira no contexto do imediato e a segunda numa dimensão alongada de tempo, constroem uma imagem deformada da realidade social, isto é, a rigor, uma

imagem falsa, parecendo habilidosamente dizer uma verdade estrutural por meio de suas coberturas pontuais.

A posição da Rede Globo expressa pela linha editorial de seus programas jornalísticos, portanto, inclusa, neste caso, a *Sabatina do JN nas eleições 2018*, caracteriza em grande parte a prática de *Fake News por Efeito Longo*, na medida em que as entrevistas e mesmo as coberturas do telejornal, atravessadas por interesses econômicos e de classe, fazem enquadramentos cirúrgicos dos acontecimentos, não percebidos de imediato, que alteram a natureza estrutural dos fatos.

No decorrer do tempo, há uma lenta deformação da representação da realidade, o que pode ser classificado de falseamento da verdade, desinformação e mesmo de mentira estrutural. Segue a lógica de mostrar árvores isoladas, sem permitir ao leitor/espectador a possibilidade de compreender a composição da floresta. São pontos descontextualizados que deformam passo a passo, num processo lento e quase imperceptível, a imagem da realidade social.

No entanto, as contradições deste episódio e de tantos outros no percurso do Jornalismo não invalidam os princípios fundamentais afirmados dialeticamente neste processo histórico. A superação do estado de crise requer aprofundamento dos atores do campo jornalístico e da sociedade, na perspectiva de que o Jornalismo, bem como o próprio estatuto da democracia, transcenda uma configuração meramente formal e assumam, em movimento dialético, uma configuração substancial.

A respeito dos descaminhos do Jornalismo, por razões conceituais, financeiras e práticas, Christofolletti (2019, p. 96) avalia que ele “poderá reafirmar seus velhos compromissos, reformar sua ética e se lançar a novas possibilidades governativas. (...) As soluções para a crise não serão rápidas, baratas ou fáceis. Não parece haver solução única”.

Faz-se adequado retomar aqui as discussões e reflexões a respeito da legitimidade do Jornalismo para o exercício de um determinado tipo de poder e que este poder deveria ter como parâmetro preceitos que se tornaram basilares na sua própria definição. Concluímos pela validade das proposições que consagram o jornalismo no papel de agente social na perspectiva do discernimento, da consciência e das intervenções humanizadas de pessoas e grupos.

Compreendemos que, apesar das várias divergências conceituais e políticas, os propósitos se mostram válidos e necessários socialmente: realidade social, atualidade, relevância social, consciência e discernimento, fiscalização dos Poderes Públicos constitucionais, Estado Democrático de Direito, direitos humanos, minorias e segmentos fragilizados, busca da verdade dos fatos, pluralidade de vozes e interesses, ética profissional, métodos e técnicas de apuração, linguagem compreensível a um público amplo, mediação entre os acontecimentos e o público, agente provocador ou até formador da opinião pública, etc.

Compreendemos que os fundamentos do Jornalismo mais reconhecidos se constituíram em processo histórico longo, marcado por concordâncias, divergências e contradições, no que se consolidou um discurso conceitual potente. A demonstração mais visível desta força se dá no fato de que todos os meios de comunicação que se dizem jornalísticos, ou de todos os profissionais que se dizem jornalistas, se apresentam revestidos deste discurso e na sua defesa.

Não estamos questionando se fazem isso comprometidos de fato com tais princípios ou se o proferem convenientemente de forma retórica. Apenas percebemos que o não uso deste recurso discursivo lhes seria prejudicial, tornando-os menos legítimos para assumir este lugar da informação noticiosa.

Podemos mencionar o exemplo das organizações Globo ao publicar o documento *Princípios editoriais do Grupo Globo*, no qual se expressam detalhada e enfaticamente o compromisso com os valores principais que orientam o Jornalismo. A própria análise da *Sabatina do JN nas eleições 2108*, além da cobertura de inúmeros outros acontecimentos sensíveis da história política do país, permite-nos assinalar que os *Princípios editoriais do Grupo Globo* são em grande medida retóricos. No entanto, a sinuosidade e expertise da Globo possibilita que a organização realize muitos trabalhos dentro do padrão do que se espera de um bom Jornalismo.

Compreendemos que a perspectiva comunicacional de Manuel Castells lança luzes nas discussões basilares de nosso estudo ao se referir ao reino da comunicação como a “esfera social onde os valores e interesses de atores conflitantes estão comprometidos em disputa e debate para reproduzir a ordem social, para subvertê-la, ou para acomodar novas formas resultantes de interação entre o velho e o novo” (Castells, 2015, p. 32).

Neste processo turbulento e contraditório, estamos falando, por certo, que a constituição plena do Jornalismo se aproxima do caráter utópico, capaz de vislumbrar longe, mas sempre buscando se assentar em bases realísticas, na construção do possível, mesmo que distante. Poderíamos classificar as ações da imprensa sob inspiração profundamente neoliberal, por desumanizar os princípios civilizatórios, como praticantes de um Jornalismo distópico. Em tais marchas e contramarchas, mais seguro seria afirmar que o Jornalismo é hoje um campo em disputa.

## Referências

Albuquerque, A. (2013). Em nome do público: Jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/813/661>

Alsina, M.R. (2009). A construção da notícia. Vozes.

Becker, Valdecir & Alves, K.C. (2015). Análise da queda da audiência do Jornal Nacional e os impactos no telejornalismo. In: Comunicação & Inovação, PPPGCOM/UCS. V. 16, n.32 (87-102). Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/3348/1813](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/3348/1813) . Acesso em 10/12/2023.

Beltrão, L. (2008). Iniciação à filosofia do jornalismo. (2. ed.). EDUSP.

Bernardi, A.J. B. (2020). Fake News e as eleições de 2018 no Brasil: Como diminuir a desinformação? Appris.

Campos, J., Gonçalves, E. (2016). Lula é o comandante máximo do petrolão, diz MP. In: Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/lula-e-comandante-maximo-do-petrolao-diz-mp> . Acesso em 14/12/2023.

Carrato, Â., Santana, E., & Guimarães, J. (2020). Jornal Nacional - Um projeto de poder: A narrativa que legitimou a desconstrução da democracia Edição do Kindle. Comunicação de Fato Editora.

Castells, M. (2015). O poder da comunicação. Paz & Terra.

Castilho, Carlos (2013). Queda de audiência do JN é um alerta para a imprensa. In: Projeção/Observatório da Imprensa. Disponível em: <https://www.observatorioidaimprensa.com.br/codigo-aberto/queda-da-audiencia-do-jn-e-um-alerta-para-a-imprensa/> . Acesso em 15/12/2023.

Christofolletti, R. (2019). A crise do jornalismo tem solução? Estação das Letras.

Christofolletti, R., Ferreira, I. & Pasqual, L. (2012). Coleção ObjEthos de Códigos Deontológicos. Ed. Florianópolis, Brasil. Disponível: <https://objethos.files.wordpress.com/2012/09/colecca7acc83o-objethos-de-coccc81digos-deontolocc81gicos.pdf>



Esteves, J.P. (1998). A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas. Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Federação Nacional de Jornalismo (2022). Fake news não é notícia. Desinformação não é jornalismo. Disponível em: <https://fenaj.org.br/fake-news-nao-e-noticia-desinformacao-nao-e-jornalismo/>. Acesso em: 11/12/2023.

Feltrin, R. (2022). Queda de ibope se agrava: JN tem o pior quadrimestre da história. In: Portal Uol. Disponível em <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2022/06/01/queda-de-ibope-se-agrava-jn-tem-pior-quadrimestre-da-historia.htm>. Acesso em 10/12/2023.

Fischer, N. (2016). Em três anos Jornal Nacional perde quase 30%. In: Observatório da TV Uol. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/audiencia-da-tv/em-tres-anos-jornal-nacional-perde-quase-30-do-publico> . Acesso em 15/03/2023.

Genro, A. F. (1987). O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Tchê! Editora.

Guirado, M. C. (2004). Reportagem: A arte da investigação. Arte e Ciência.

Herz, D. (1987). A história secreta da Rede Globo. Tchê! Editora.

Jorge, T.M. (2019). Notícia versus fake news. A explosão discursiva das informações falsas e o mundo dos jornalistas. In: Figueira, João; Santos, Sílvio. As Fake News e a Nova Ordem (Des)Informativa na Era da Pós-Verdade. Edição do Kindle, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Jornal Nacional (2018). Entrevista com Ciro Gomes. In: Globoplay Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6977229/> .

Jornal Nacional (2018). Entrevista com Fernando Haddad. In: Portal G1. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/09/14/fernando-haddad-pt-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml> .

Jornal Nacional (2018). Entrevista com Geraldo Alckmin. In: Globoplay. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6983110/> .

Jornal Nacional (2018). Entrevista com Jair Bolsonaro. In: Globoplay. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6980200/> .

Jornal Nacional (2018). Entrevista com Marina Silva. In: Premium BR. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=o-u1rJYSpEQ> .

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2004). Os elementos do jornalismo. Geração Editorial.

Lage, N. (1998). Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente. Vozes.

Lage, N. (2011). A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Record.

Lippmann, W. (2010). Opinião pública. Vozes.

Macedo, R. P. Jr. (2019). Liberdade de expressão ou dever de falar a verdade? In: Barbosa, M. Pós-verdade e fake news: Reflexões sobre a guerra de narrativas. Edição do Kindle. Editora Cobogó.

Maia, R. C.M (org.) (2022.). Métodos de pesquisa em comunicação política. EDUFBA.

Marinho, I., Marinho, R., & Marinho, R. (2011). Princípios Editoriais do Grupo Globo. In: Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 13/12/2023.

Medina, C. (1990). Entrevista: O diálogo possível. Ática S.A.

O Globo (1984). Cobertura das Diretas Já. In: Memória/O Globo. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/cobertura-das-diretas-jaacute-9598120> . Acesso em: 11/12/2023.

O Globo (2012). O STF faz história. In: Memória/O Globo. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/o-stf-faz-histoacuteria-8977750> . Acesso em 11/12/2023.

O Globo (2013). 31 de março de 1964: apoio ao golpe de 64 foi um erro. In: O Globo/Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 11/12/2023.

O Globo (2021). Debate Collor X Lula. In: Memória/O Globo. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula/noticia/debate-collor-x-lula.ghtml> . Acesso em: 11/12/2023.

Oliveira, C. (2021). Impeachment 5 anos: a relação entre junho de 2013 e a ascensão da extrema direita. In: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/18/impeachment-5-anos-a-relacao-entre-junho-de-2013-e-a-ascensao-da-extrema-direita>. Acesso em 21/11/2023.

Portal G1 (2018). G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos. Disponível em: [https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-cont eudos-suspeitos.ghtml](https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-cont-eudos-suspeitos.ghtml). Acesso em 11/12/2023.

Portal G1/São Paulo (2018). Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml> . Acesso em 13/12/2023.

Pulitzer, J. (2009). A escola de jornalismo na universidade de Colúmbia: O poder da opinião pública. Série Jornalismo a Rigor, 3. Insular.

Revista Fórum (2019). Lula cobra que Globo divulgue Vaza Jato, mas Fantástico ignora os vazamentos seletivos. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/9/8/lula-cobra-que-globo-divulge-vaza-jato-mas-fantastico-ignora-os-vazamentos-seletivos-61192.html>, Acesso em:11/12/2023.

Glezer, R. (2020). A ilusão da Lava Jato: foi um erro concentrar em operações judiciais toda a luta contra a corrupção. In: Revista Piauí. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/ilusao-da-lava-jato/>. Acesso em 21/08/2023.

Rocha, J.C. (2021). Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político. Edição do Kindle. Caminhos.

Sampaio, R. C. & Lycarião, D. Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação. Enap, 2021.

Silveira, S. A. (2020). A desinformação é uma indústria. In: Martins, H. (org.). Informação: Crise política e saídas democráticas para as fake news. Edição do Kindle.

Sponholz, L. (2009). Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções. Série Jornalismo a Rigor, 4. Insular.

Streck, L. (2012). A verdadeira história do “mensalão”. Disponível em: <  
<https://www.conjur.com.br/2012-ago-06/lenio-streck-mensalao-dominio-fato-algo-tipo-ponderacao> . In: Consultor Jurídico (Conjur). Acesso em 13/12/2023.

The Intercept Brasil (2023). Série: as mensagens secretas da Lava Jato. Disponível em:  
<https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em 21/11/2023.

Tela Viva (2023). Globo lança nova campanha para promover o jornalismo do grupo. Disponível em:  
<https://telaviva.com.br/12/09/2023/globo-lanca-nova-campanha-para-promover-o-jornalismo-do-grupo/> . Acesso em 11/12/2023.

Teles, L. (2015). Juiz Sérgio Moro vence prêmio ‘Faz Diferença’ como personalidade do ano. In: Portal G1. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/03/juiz-sergio-moro-vence-premio-faz-diferenca-como-personalidade-do-ano.html> . Acesso em 11/12/2023.

Tolotti, R. (2018). Relembre o editorial de Roberto Marinho apoiando a ditadura e a retratação da Globo em 2013. In: InfoMoney – Política. Disponível em:  
<https://www.infomoney.com.br/politica/relembre-o-editorial-de-roberto-marinho-apoiando-a-ditadura-e-a-retratacao-da-globo-em-2013/> . Acesso em: 11/12/2023.

Traquina, N. (2005). Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. (2. Ed.). Insular.

Velasco, C., Rocha, G., & Domingos, R. (2021). Fato ou Fake: Como denunciar fake news nas redes sociais. In: Portal G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/08/18/fato-ou-fake-como-denunciar-fake-news-nas-redes-sociais.ghtml> . Acesso em: 11/12/2023.

Venâncio, R.D. O. (2009). Jornalismo e linha editorial: Construção das notícias na imprensa Veneta.

Zanin, C., Zanin, T. & Valim. (2023). Lawfare: Uma introdução. Edição do Kindle. Editora Contracorrente.